

COMDEMA
CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
GESTÃO 2021/2023

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Reunião virtual via aplicativo Google Meet

DATA: 12/07/2023

Em doze de julho de dois mil e vinte e três, em ambiente virtual via aplicativo Google Meet, às 14:05, horário da primeira convocação, com 14 conselheiros presentes, foram abertos os trabalhos do Conselho de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, em Reunião Ordinária, pela presidente Sílvia Lúcia Vieira Cabrera Merlo, a qual deu início aos trabalhos de acordo com a pauta da reunião.

- 1. Aprovação Ata da 20ª RO realizada em 12/04/23 – Ata foi aprovada por unanimidade.**

- 2. Comissão de Acompanhamento das Inscrições e Eleição para o próximo ciclo 2023-2024 –** A presidente Sílvia pede aos conselheiros que se inscrevam para compor a Comissão. A própria presidente se oferece para fazer parte da Comissão e pede que os conselheiros se voluntariem e entrem posteriormente em contato para a composição, ficando abertas as inscrições.

- 3.** A presidente Silvia informa que recebeu o link para a análise do PL do Plano Diretor, mas que não recebeu informação de data para a análise, mas que gostaria que a Câmara Técnica analisasse em 30 dias, se possível. O conselheiro Flávio declara que algumas modificações propostas pelo Plano, a justificativa é a solicitação do interessado. A presidente Silvia pede que o Plano Diretor seja analisado no todo, de forma global, e não pelo interesse de cada um. A conselheira Vânia pede que envie o link ao Conselho da Serra (CGSJ). A presidente Silvia responde dizendo que o próprio COMDEMA pode pedir o parecer do CGSJ se houver algo na Serra.

- 4. Parecer da CT de Uso e Ocupação do Solo para o processo 2.787/2023 –** O conselheiro Vitor projetou e leu o parecer de solicitação de Certidão de Uso do Solo do processo para a regularização da atividade de comércio varejista de frios, como atividade complementar à criação de cabras, vacas e produção de queijo em queijaria, no Território de Gestão da Serra do Japi. O conselheiro Pedro opinou que era favorável ao parecer, mas que não concorda com a alegação de sustentabilidade da propriedade para a atividade, a solicitação deve atender à lei. A conselheira Silvia se manifestou contando que se trata de uma queijaria e que o pedido deve-se à necessidade da regulação tributária para a venda direta do produto. O parecer foi aprovado por unanimidade.

- 5. Parecer da CT de Uso e Ocupação do Solo para o processo SAEPRO 2022/526 de aprovação de projeto com alvará –** O conselheiro Vitor projetou e leu o parecer explicando que o processo já foi aprovado pelo COMDEMA, mas que inicialmente era para aprovar a construção e regularização de residência e casa de caseiro. Essa

regularização se referia à ampliação de um imóvel antigo. DAP solicitou uma modificação e o processo retornou como “regularização e construção de residência e galpão”. A planta reapresentada não contém outra modificação além do nome. DAP entendeu que o “galpão” caracteriza uma estrutura comercial, principalmente considerando que o imóvel é na Serra, assim solicitou nova apreciação do COMDEMA. O conselheiro informou que o projeto atende aos índices e que provavelmente a área denominada como “galpão” não teria uso comercial, mas que com este nome, o uso poderia ser perigoso aos interesses do território. O conselheiro Flávio pergunta se houve alguma vistoria no local ao que o conselheiro Vitor respondeu que as vistorias são realizadas somente para o Habite-se. O conselheiro Flavio se posiciona contra o parecer e acha que após a verificação deve voltar para o COMDEMA. Além do mais, conclui o conselheiro, não pode haver duas construções na mesma gleba, cabendo compensação ambiental. O conselheiro Flávio questiona ainda o que é o local e por que já não estava regularizado anteriormente. O conselheiro Vitor informa que a construção era antiga e que o pedido atual visa reformar o imóvel. O conselheiro Flavio diz que DAP não pode dizer o que o interessado deve colocar no projeto “para passar”. O conselheiro Vitor responde que um nome qualquer não pode ser colocado porque na vistoria de Habite-se, não passaria. A conselheira Vânia se manifestou dizendo que já havia questionado estes pontos na reunião da CT e acha que se é para regularizar algo irregular, a pecúnia não resolve tudo, o dano não é recuperado. O conselheiro Pedro concorda que deve haver a fiscalização prévia neste caso e que concorda com a conselheira Vânia sobre o problema da compensação em pecúnia. A presidente Silvia concorda e diz que o COMDEMA pode solicitar uma vistoria prévia para emitir um parecer com segurança. Finaliza pedindo reflexão a este respeito. O conselheiro Vitor projetou a imagem da área e disse que no momento é apenas um projeto, logo a fiscalização não terá o resultado prático. A presidente observa que a construção denominada “galpão” não possui comunicação com a rua. O conselheiro Nivaldo se manifesta dizendo que acredita que DAP apenas não concordou com o nome “galpão”. O conselheiro Vitor adverte que nosso parecer negativo retira o parecer favorável anterior do COMDEMA somente devido ao nome. A presidente Silvia colocou o parecer em votação com três alternativas: 1) aprovação do parecer como estava; 2) mediante fiscalização previa; 3) voltar para a análise do COMDEMA após alteração do projeto. A proposta 1 (um) obteve 7 (sete) votos, a proposta 2 (dois) obteve 3 (três) votos e a proposta 3 (três) obteve 4 (quatro) votos. **O parecer como apresentado foi aprovado.** O conselheiro Fabio fez a observação de que a sociedade civil sempre perde nas votações porque os horários de reuniões não favorecem sua participação. A presidente Silvia lembrou aos conselheiros que o COMDEMA é um conselho paritário e que os horários de reuniões podem ser repensados.

- 6. Parecer da CT de Uso e Ocupação do Solo para o processo SAEPRO 2022/55 de aprovação de projeto sem alvará** – O conselheiro Vitor projetou e leu o parecer explicando que se tratava de uma casa residencial dividida em quatro blocos, sendo uma construção residencial em imóvel na Zona de Preservação, restauração e recuperação ambiental, que atende aos índices da LC 417/04 e recebeu o parecer favorável da CT, observando que deverá averbar em matrícula uma área equivalente a no mínimo 50% da área da gleba, destinada a recomposição da vegetação nativa e que não será permitida a abertura de nenhuma outra estrada com a finalidade de viabilizar o acesso às instalações pretendidas. O parecer foi **aprovado por unanimidade**.

7. **Parecer da CT de Uso e Ocupação do Solo para o processo SAEPRO 2023/1713** – O conselheiro Vitor apresentou o parecer que trata de um imóvel de 5.000,00m² localizado na Zona de Conservação Ambiental da Terra Nova, Território de Gestão da Serra do Japi. O projeto de regularização apresentado não atende a todos os índices previstos na LC 417/04 para ocupação e impermeabilização, porém o de ocupação está dentro da variação possível prevista em Lei, desde que compensado. Já o índice de impermeabilização extrapola o limite da Lei. O parecer conclui então que para a aprovação o interessado necessita doar ao município uma área de no mínimo 457m², localizada no Território de Gestão da Serra do Japi, remover 1.742,50m² do piso impermeabilizado das áreas externas ou remover 1.367,50m² do piso impermeabilizado das áreas externas, de maneira que a área impermeabilizada e doar ao município uma área de no mínimo 750m², localizada no Território de Gestão da Serra do Japi. O interessado também deverá doar ao município ou averbar em outra matrícula como área de preservação, uma área de pelo menos 2.500m² coberta por vegetação nativa e localizada no Território de Gestão da Serra do Japi ou na Bacia do Rio Jundiáí Mirim. O conselheiro Rafael pergunta o que há nestas áreas impermeabilizadas. O conselheiro Vitor informa que existem muitos caminhos e quadras. A conselheira Vânia se pronuncia dizendo que aceitamos o pagamento em pecúnia quando a legislação foi infringida. O dano não é resolvido e completa dizendo que a compensação deveria ser no território e não na Bacia do Jundiáí Mirim. O conselheiro Pedro completa dizendo que com cerca de R\$ 18.500,00 (considerando R\$ 5,00 o m²) o proprietário resolve o problema dele, este custo será insignificante. A conselheira Sabrina se manifesta no chat sobre o valor da compensação e diz que o valor real não é menos de R\$ 40,00 o metro quadrado. O conselheiro Fabio se manifesta dizendo que o dinheiro não pode resolver tudo, isto é uma ilusão. Continua sua fala dizendo que o COMDEMA recebeu a minuta das modificações do Plano Diretor, deve discutir, mas as pessoas que têm interesses pessoais não deveriam influenciar na discussão. O conselheiro Vitor pondera que a compensação em pecúnia não foi solicitada ainda e que há casos com valor maior por metro quadrado. A presidente Silvia fala que o COMDEMA sempre se posicionou contra as compensações em pecúnia e que trata-se de legislação ambiental. A conselheira Vânia pede que conste em ata que a área a ser compensada seja no Território de Gestão da Serra do Japi, pois o dano ocorreu lá. O conselheiro Flavio relembra aos conselheiros que quando foi Diretor de Meio Ambiente sempre se posicionou contra o pagamento em pecúnia. **O parecer foi aprovado** por unanimidade.
8. **Outros assuntos** – O conselheiro Fabio se manifesta falando sobre o contraditório que é a Bacia do Jundiáí-Mirim com mais quatro condomínios, impermeabilizações, seca e nos períodos de chuva, as enchentes. O conselheiro considera que estes problemas ocorrem por negligência do Poder Público. Continua sua fala dizendo que o Jundiáí-Mirim não vai suportar, as nascentes estão secando e seremos mais dependentes do Atibaia. Finalmente, convida a todos para irem até o local e se sensibilizarem. A presidente Silvia fala que o COMDEMA deve solicitar as informações sobre os novos empreendimentos na bacia do Jundiáí-Mirim e os impactos de vizinhança. O conselheiro Fabio concorda dizendo que o planejamento de drenagem é muito importante e que em Jarinu há um empreendimento com lotes de 20.000 m² que vai competir com a água de abastecimento. A conselheira Joana pede que se oficie formalmente a UGPUMA para obter a informação sobre os novos condomínios e sobre os levantamentos das compensações ambientais na bacia do Jundiáí-Mirim e Território de Gestão da Serra do Japi.

Foi distribuído para a CTUOS o processo SEI 15401/2023 e Carta de Anuência da DAE.

A secretária Sílvia Santaella, lavrou a presente ata que leva como anexo imagens da reunião, a “Convocação da 21ª Reunião Ordinária” e a lista de presença.

Jundiáí, 12 de julho de 2023.

ANEXOS

meet.google.com/fb-ejud-gag?authuser=0

Mensagens na chamada

Permitir que todos os participantes enviem mensagens

As mensagens só podem ser vistas pelas pessoas na chamada e são excluídas quando o chat termina.

Massao Okazaki 15:20
Coleta de lixo passar de 3 vezes para 2 vezes por semana.

celino coelho 15:20
3 RETORNO AO COMDEMA APÓS ALTERAÇÃO DO PROJETO.

Fábio Pereira 15:20
Penso q se existem dúvidas, nada deve ser encaminhado

Simone Atique 15:20
De acordo com o item 3

Pedro Sergio Pontes 15:20
Prop 2 Fisc prévia por órgão competente

Massao Okazaki 15:21
Coleta de recicláveis passar de 2 vezes para apenas 1 vez por semana.

Sabrina de lucci 15:21
prop 1

Enviar uma mensagem

Flávio Gramolelli Junior

Reunião COMDEMA

27°C
Temperatura

POC
PTB2

Representantes da Sociedade Civil

Grupo	Entidade	Membro	Nome	Assinatura
Sindicato de Trabalhadores	1	tit.		
		Supl.		
	2	tit.		
		Supl.		
	3	tit.		
		Supl.		
	4	tit.		
		Supl.		
Sindicato Patronal	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo	tit.	Liliana Capobianco Palhares	presente
		supl.		
	2	tit.		
		Supl.		
Entidades Comunitárias de Bairros	Associação de Moradores Fazenda Campo Verde	tit.	Fabio Pereira Campos Alves	PRESENTE
		supl.	Rafael de Godoi	
	Associação de Moradores Terra Nova	tit.	José do Café Rodrigues	PRESENTE
		supl.	Rodrigo Pavan Rodrigues	
	Associação dos Amigos dos bairros de Santa Clara, Vargem Grande, Cagassu e Paiol Velho	tit.	Sílvia Lúcia Vieira Cabrera Merlo	PRESENTE
		supl.	Eliana Carbonari Schiozer	
	Associação de Moradores do Bairro do Caxambu e Região	tit.	Márcia Moraes Torolio	
		supl.		
	5			
	6			

Representantes da Sociedade Civil				
Entidade		Membro	Nome	Assinatura
Demais Associações	PROEMPI – Associação das Empresas e Profissionais do Setor Imobiliário de Jundiáí e Região	tit.	Nivaldo José Calegari	PRESENTE
		supl.		
	Associação dos Engenheiros de Jundiáí	tit.	Sabrina Olivato de Lucci	PRESENTE
		supl.	José Carlos de Souza	
	CRECI-SP	tit.	Celino Rodrigues Coelho	PRESENTE
		supl.	Ivair Sebastião Rodrigues	
	Mitra Diocesana de Jundiáí	tit.	Graciela Silva Carvalho Testa	
		supl.	Raquel Gomes Valli Honigmann	
	Associação Mata Ciliar	tit.	Samuel de Oliveira Nunes	PRESENTE
		supl.	Cristina Harumi Adania	
Organizações Não Governamentais	Fundação Antonio Antonieta Cintra Gordinho	tit.		
		supl.	Alex Pereira Pinto	PRESENTE
	Centro de Orientação Ambiental Terra Integrada – Coati	tit.	Flávio Gramolelli Júnior	PRESENTE
		supl.	Caio Molena	
Escolas Particulares		tit.		
		Supl.		
Trabalhadores da área de Meio Ambiente				
Entidade		Membro	Nome	Assinatura
Esfera Municipal	Unidade de Gestão de Promoção da Saúde – VISAM	tit.	Rafael Irineu Castelli	PRESENTE
	UG de Planejamento Urbano e Meio Ambiente – DMA	tit.	Vitor Cesar Martins	PRESENTE

	UG de Planejamento Urbano e Meio Ambiente – DMA	supl.	Joana Iara de Carvalho	PRESENTE
	DAE S/A Água e Esgoto	tit.	Carlos Eduardo Moraes Pereira	PRESENTE
	DAE S/A Água e Esgoto	supl.	Rosemeire Aparecida Moreira	
	UG Educação	tit.	Walkíria Plaza Nunes	
	UG Educação	supl.	Adriana Uemori	
	Defesa Civil – UG Casa Civil	tit.	João Osório Gimenez Germano	
	Defesa Civil – UG Casa Civil	supl.	Robson Teixeira Neves	PRESENTE
	UG Infraestrutura e Serviços Públicos – UNIDAM	tit.	Rudislei Santos	
	UG Infraestrutura e Serviços Públicos – UNIDAM	supl.	Anelise Marcos de Assumpção Padovani	
	Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS	tit.	Simone Atique Branco	PRESENTE
	Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS	supl.	Jean Michael Araújo Leinthier	
Esfera Estadual	Corpo de Bombeiros 19º GB	tit.	Oswaldo Julião Junior	
	Corpo de Bombeiros 19º GB	supl.	Flavio Medrado de Souza	
	Casa da Agricultura de Jundiá	tit.	Flávia Regina Pestana Tirlone	
	Casa da Agricultura de Jundiá	supl.	Bruno Ceneviva Fornazari	
Administração Pública Municipal e Administração Pública Estadual				
Entidade		Membro	Nome	Assinatura
UGPUMA	Gestor UGPUMA	tit.	Sinésio Scarabello Filho	
	Departamento de Meio Ambiente	supl.	Wagner de Paiva	
UGPS	Vigilância Epidemiológica	tit.	Daniele Cristina Marques Texera	
		supl.	Mariana Freire Oliveira Martin da Silva	
DAE S/A – Água e Esgoto		tit.	Cristina Katsuco Okano	
		supl.	José Antônio Ferreira	
CIAS		tit.	Hélio Carletti Frigeri	
		supl.	Michele Camila Chinellato	

UGISP	Departamento Parques, Jardins e Praças	tit.	Fernando Almeida Muçouçah	
	Departamento Parques, Jardins e Praças	supl.	Renato Steck	
UGADS		tit.	Katsuscia Deldotti Almeida	
		supl.	Heloisa da Graça Buratti	
FSJ – UGAAT	Fundação Serra do Japi	tit.	Vania Plaza Nunes	PRESENTE
	Departamento de Agronegócio	supl.	Silvia Regina Reis Santaella	PRESENTE
Diretoria de Ensino		tit.	Elisabete Rocha Urtado	
		supl.	Carla Zanella Medeiros	
Polícia Florestal		tit.	José Augusto Bravo	
		supl.	Juliano Machado dos Passos	
Divisão de Engenharia Agrícola do IAC		tit.	Pedro Sérgio Pontes	PRESENTE
		supl.	Sônia Elisabete Pereira	
Convidados				
Entidade			Nome	Assinatura
UNICAMP	Doutoranda		Ana Calheiros	PRESENTE
	Munícipe		Massao Okazaki	PRESENTE